

ADMINISTRAÇÃO

Comércio fica fora de área residencial

Paola Lima

Da equipe do **Correio**

O comércio nas áreas residenciais do Plano Piloto, principalmente na W3, está com os dias contados. A Administração de Brasília não concede mais alvarás de funcionamento para estabelecimentos comerciais montados em residências na Asa Sul e Norte. Além disso, comerciantes que já têm alvarás não poderão renová-los quando vencerem.

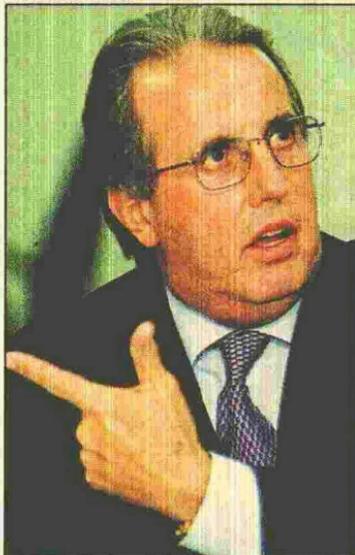
A decisão foi tomada depois de uma recomendação da Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb) do Ministério Público, enviada no dia 25 de junho à Administração. No documento, os promotores pedem que não

sejam mais concedidos alvarás de funcionamento que firmam o plano de zoneamento, principalmente na área tombada do Distrito Federal.

Nem mesmo a Lei Distrital 1171/96, que permite a alteração do uso de áreas residenciais mediante a anuência dos vizinhos, comoveu o administrador. “Os vizinhos são os primeiros a reclamar, seja na ouvidoria ou no próprio Ministério Público. Cansamos de ouvir reclamações de falta de estacionamento, barulho e movimentação excessiva nessas áreas”, argumenta.

Somente este mês, dez pedidos de alvarás foram negados. O fim do comércio, no entanto, ainda demora a acontecer. Os

Edson Gês 5.10.00



**LÁZARO MARQUES CONCORDA:
“NÃO TEMOS O QUE DISCUTIR”**

comerciantes só devem deixar o local à medida que os alvarás forem vencendo. Como as licenças têm caráter provisório — por no máximo um ano — isso pode demorar até 2002.

Um dos empresários com o al-

vará negado foi Régis Frota, dono do salão Alcione, na 707 Sul. “Pagamos todas as taxas, alugamos a casa, investimos neste salão, e agora não vamos receber a licença de funcionamento”, indignou-se. Segunda-feira, os comerciantes das 700 querem fechar a W3 para protestar contra a medida do governo.

Moradores e sindicatos são favoráveis à atitude da Administração. O Conselho Comunitário da Asa Sul aprova a decisão da Administração. “A cidade está caótica, não podemos deixar comércios funcionando em áreas residenciais”, diz o vice-presidente do Conselho, Ricardo Pires.

Para o presidente do Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares, César Gonçalves, é preciso estabelecer regras de ocupação de Brasília e cumpri-las. Até mesmo o Sindivarejista admite que é importante retirar os comércios das áreas residenciais. “Não temos o que discutir”, diz o presidente do sindicato, Lázaro Marques.